

## SUMÁRIO

Prefácio da edição alemã – <i>Prof. Wolf Paul</i> .....	15
Prefácio à edição brasileira – <i>Prof. Sérgio Sérulo da Cunha</i> .....	19
Introdução .....	27
A. Sobre o objeto e os objetivos do trabalho .....	27
B. Conceitos fundamentais do Direito indígena .....	34
I. Índio e Indígena .....	35
II. Comunidade indígena e grupo indígena .....	37
III. Populações indígenas .....	37
IV. Povo indígena .....	38
V. Terra indígena e posse indígena .....	41
VI. Culturas indígenas .....	43
<b>Primeira Parte – Os povos indígenas do Brasil –</b>	
<b>Dados etnográficos e condições de vida .....</b>	<b>45</b>
A. Visão geral dos povos do Brasil .....	45
I. Dados demográficos e distribuição geográfica .....	45
II. Diversidade lingüística .....	50
III. Diversidade cultural .....	52
1. Formas de organização .....	52
2. Grau de contato com a sociedade brasileira .....	53
B. Dados etnográficos e condições de vida de alguns povos indígenas do Brasil .....	54
I. Os povos indígenas demograficamente mais significativos .....	54
1. Os Guarani .....	55
2. Os Ticuna .....	59
3. Os Kaingang .....	63



4. Os Makuxi.....	67
II. Outros povos indígenas do Brasil .....	69
1. Os Yanomami.....	70
2. Os Zo' é .....	75
3. Os Korubo .....	79
4. Os Cinta Larga .....	83
5. Os Gavião Parkatejê .....	86
6. Os Caiapó.....	89

<b>Segunda Parte – Desenvolvimento histórico da questão indígena e seu tratamento jurídico no Brasil .....</b>	<b>95</b>
A. Legislação e praxis administrativa em relação à questão indígena no período colonial brasileiro .....	96
I. A escravização dos índios como base da ordem econômica colonial do Brasil .....	96
1. A introdução da escravidão no Brasil – Pressupostos jurídicos e efetivos.....	97
2. Legislação e praxis administrativa sobre a questão da escravidão dos índios entre 1549 e 1755 .....	105
3. A questão da escravidão dos índios de 1755 até a Independência do Brasil...	115
4. Resumo: A escravidão indígena no Brasil colonial .....	119
II. “Civilização” e “conversão dos gentios” – Legitimação da presença portuguesa no Brasil.....	120
1. “Conversão” e “civilização” através dos jesuítas por ordem da Coroa portuguesa – Objetivos e métodos .....	123
2. Desenvolvimento da “catequese e civilização” até a expulsão dos jesuítas em 1759.....	128
3. “Catequese” e “civilização” entre 1759 e o final do período colonial .....	132
4. Resumo: “Civilização e conversão dos gentios” no período colonial.....	134
III. Garantia do domínio português através de guerras contra os povos indígenas hostis no Brasil colonial .....	135
IV. Tomada de terras no período colonial .....	139
B. Legislação e praxis administrativa com referência à questão indígena no Império brasileiro .....	144
I. Escravidão indígena e guerras contra os povos indígenas hostis durante o Império brasileiro.....	144
II. “Civilização” e “catequese” dos índios no Império brasileiro .....	146
III. Tomada de terras no Império brasileiro .....	150
C. Legislação e praxis administrativa com referência à questão indígena na República brasileira.....	152
I. Substituição da catequese incentivada pelo Estado pela proteção laico-estatal dos indígenas .....	153
II. Incorporação e integração .....	160

III. A questão da terra durante a República .....	165
D. A atividade do poder judiciário a respeito da questão dos direitos indígenas.....	167
E. Resumo da Segunda Parte: Desenvolvimento histórico da questão indígena e seu tratamento jurídico no Brasil .....	168
<b>Terceira Parte – A questão indígena no Brasil de hoje – Direito e realidade jurídica no presente .....</b>	<b>173</b>
A. A Constituição Brasileira de 1988 .....	174
I. Antecedentes da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 / 8.....	175
II. A Assembléia Nacional Constituinte de 1987 / 8.....	182
1. O processo constituinte em geral.....	182
2. A formação dos direitos indígenas na Assembléia Nacional Constituinte .....	188
III. Uma visão geral dos direitos constitucionais dos indígenas do Brasil .....	203
1. Os direitos indígenas nas constituições históricas do Brasil – Visão geral.....	203
2. Visão geral sobre os direitos indígenas da Constituição brasileira de 1988....	204
IV. Os direitos especiais dos indígenas na Constituição de 1988 em particular .	207
1. Reconhecimento duradouro das culturas indígenas .....	207
a) Reconhecimento da relatividade das culturas – Desistência do objetivo de incorporação .....	207
b) Obrigações de proteção e obrigações prestacionais constitucionais complementares do Estado em relação às culturas indígenas .....	215
c) Supremacia dos direitos especiais dos índios na Constituição perante todas as normas não-constitucionais .....	216
d) Direitos culturais dos indígenas em outros textos constitucionais latino-americanos dos anos 1980 e 1990 .....	218
2. Os direitos à terra .....	231
a) Terra em posse tradicional dos índios – Atribuição de propriedade e pressupostos da posse .....	233
b) Direitos especiais dos índios como conseqüências jurídicas da posse tradicional dos índios à terra .....	237
c) Garantia constitucional dos direitos especiais dos índios à terra .....	239
aa) Proibição de transferência e de remoção da população .....	239
bb) Proibição da atividade de garimpo .....	240
cc) Inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade .....	241
dd) Regulamentação da ineficácia jurídica das infrações às proibições constitucionais do art. 231 CF – Possibilidades de exceção .....	243
ee) Obrigação de demarcação .....	245
ff) Obrigação geral de proteção aos bens jurídicos indígenas .....	249
d) Restrições dos direitos de posse e de usufruto dos indígenas em relação às terras tradicionalmente por eles ocupadas.....	250

e) Direitos indígenas à terra em outros textos constitucionais latino-americanos dos anos 1980 e 1990 .....	256
f) Direitos à terra na Constituição de 1988 – Resumo .....	261
3. Direitos processuais .....	263
4. Obrigação da União de proteção de todos os bens jurídicos dos indígenas ...	266
5. A competência legislativa, administrativa e jurisprudencial da União para assuntos indígenas; a defesa judicial dos direitos e interesses dos indígenas pelo Ministério Público Federal .....	268
6. A infrutífera revisão constitucional de 1993 – Falhas de uma “cláusula pétrea” para os direitos especiais indígenas .....	274
V. Os direitos dos indígenas na Constituição de 1988 – Resumo .....	277
<b>B. O Direito administrativo brasileiro .....</b>	<b>279</b>
<b>I. Regulamentações sobre a tutela .....</b>	<b>279</b>
1. O art. 6 do Código Civil (antiga redação) como origem das regulamentações sobre a tutela .....	279
2. As regulamentações do Estatuto do Índio sobre a tutela .....	284
3. Relação tensa entre as regulamentações do Estatuto do Índio sobre a tutela e a Constituição de 1988 .....	288
II. Regulamentações do Estatuto do Índio sobre a questão da terra .....	291
III. Regulamentação dos direitos culturais pelo Estatuto do Índio .....	294
IV. Direito das áreas de proteção florestal e ambiental .....	296
V. Direito de combate à biopirataria .....	299
VI. Direito à caça e à pesca .....	305
VII. Direito à mineração e ao garimpo .....	306
VIII. Direito à saúde .....	308
IX. Direito de desenvolvimento .....	310
X. Significado da Constituição de 1988 para a continuação do desenvolvimento do Direito administrativo sobre a questão indígena – Reforma do Estatuto do Índio .....	312
XI. A questão indígena no Direito administrativo vigente – Resumo .....	322
<b>C. O significado dos instrumentos do Direito Internacional Público para os direitos indígenas no Brasil .....</b>	<b>324</b>
<b>I. O Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos .....</b>	<b>325</b>
1. Proteção das minorias através do artigo 27 do PIDCP .....	326
2. Implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos ...	328
II. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho .....	330
1. A Convenção 107, sobre a proteção e a integração das populações indígenas e outras populações tiribais e semitribais como precursora da moderna Convenção 169 .....	332
2. A Convenção 169, sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, da OIT .....	335
a) Reconhecimento das culturas indígenas .....	337



b) Os direitos à terra .....	339
c) Realização da Convenção 169.....	346
d) O debate brasileiro sobre a ratificação da Convenção 169 .....	349
e) Resumo sobre a Convenção 169.....	352
III. A proteção dos indígenas brasileiros pelo sistema interamericano para a proteção dos direitos humanos .....	354
1. A Convenção Americana dos Direitos Humanos .....	355
a) Os direitos e liberdades da CADH .....	355
b) Proteção dos direitos civis e políticos .....	357
aa) Processos para o controle do cumprimento das obrigações dos Estados-membros da CADH pela Comissão .....	357
bb) Investigação in loco no Brasil em 1995 e Relatório dos Estados sobre o Brasil em 1997 .....	360
cc) Fiscalização do cumprimento das obrigações dos Estados contratantes pela Corte de Justiça Interamericana de Direitos Humanos.....	363
2. Atividades da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em razão do Estatuto da Organização dos Estados Americanos .....	365
a) Fundamentos jurídicos .....	365
b) O “caso Yanomami” da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	367
3. Outros instrumentos do Sistema Interamericano .....	370
IV. Resumo e apreciação do significado dos instrumentos do Direito Internacional Público para os direitos à terra e os direitos culturais dos indígenas no Brasil .....	372
D. Balancete sobre a questão da melhoria da situação jurídica dos indígenas brasileiros através do Direito vigente .....	374
E. Os direitos indígenas sobre suas terras na Constituição brasileira de 1988 na aplicação administrativa e na praxis judicial .....	381
I. Os direitos indígenas à terra e ao usufruto na praxis administrativa .....	382
1. O exemplo da área indígena Raposa – Serra do Sol .....	382
a) Dados geográficos e demográficos .....	382
b) As intervenções efetivas das partes não-indígenas da sociedade brasileira na Raposa – Serra do Sol .....	383
c) O processo para a demarcação da área indígena Raposa – Serra do Sol.....	390
aa) O decorrer do processo até 1996.....	390
bb) A introdução do chamado processo contraditório pelo Decreto nº. 1.775 / 96.....	393
cc) O decorrer do processo demarcatório desde 1996 .....	398
2. O exemplo dos Cinta Larga .....	425
3. O exemplo dos Caiapó.....	430
4. O exemplo dos Yanomami .....	443

II. Os direitos indígenas à terra na práxis judicial. Exposição baseada no exemplo da área indígena Sete Cerros .....	452
I. Dados demográficos e geográficos .....	452
2. Os conflitos efetivos em torno de Sete Cerros e o decorrer do processo demarcatório .....	453
3. O tratamento judicial do conflito .....	455
III. Extensibilidade dos resultados dos exemplos à situação de todo o Brasil.....	461
F. Resumo e avaliação dos resultados da investigação – Visão geral .....	470
Referências bibliográficas .....	483
 <b>Apêndice</b>	
Cronologia.....	503
Disposições das constituições brasileiras com referência aos direitos indígenas .....	507
Decreto Nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 .....	511
Estatuto do Índio .....	515
Código Civil Brasileiro – Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916.....	527
 <b>Mapas</b>	
Século XVI: Distribuição Tupinambá e Guarani.....	529
A expansão da sociedade brasileira .....	530
Terras indígenas no Brasil – Mapa Geral .....	531
Mapas detalhados das áreas indígenas no Brasil .....	533
 <b>Estatísticas</b>	
Povos indígenas do Brasil .....	547
Relatório geral das terras indígenas no Brasil – 2008 .....	555
Relatório geral das terras indígenas no Brasil – 2001 .....	573